



**CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

O modelo energético no processo de formação da CPT

**Adilson Alves da Silva
Comissão Pastoral da Terra - Regional Goiás**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito de aprovação no Curso de Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo na UFRJ, tendo como Orientador o Professor André Dumans.

**Rio de Janeiro
Janeiro de 2010**

RESUMO

A Comissão Pastoral da Terra – Regional Goiás (CPT) possui três eixos temáticos na sua dinâmica de formação nas bases: Terra, Água e Direitos. Tendo em vista a proposta central do Curso de Especialização em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, que é trazer à tona a discussão do modelo energético do Brasil e demais países da América Latina, os eixos citados tornam-se relevantes no viés dessa discussão. É preciso que as comunidades de base recebam conhecimento da problemática que envolve a exploração dos recursos energéticos para que seja desmistificada a idéia da escassez. O mito de que o desenvolvimento é para todos precisa ser quebrado, e que a sociedade saiba que apenas uma pequena parcela da população apropria-se dos recursos naturais para o acúmulo de riquezas, gerando a exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: formação, CPT, bases, modelo energético, água, América Latina, desmistificação, mito, escassez, recursos naturais, exclusão social, capitalismo.

APRESENTAÇÃO

O trabalho de base da CPT em Goiás acontece atualmente em sete dioceses: Cidade de Goiás, Arquidiocese de Goiânia, São Luiz de Montes Belos, Formosa, Uruaçu, Ipameri e Jataí. A formação é desenvolvida com todos os Movimentos Sociais de luta pela terra em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Há também formação em comunidades tradicionais e com assalariados rurais. Esse público, conforme se percebe, é vasto e heterogêneo. Por isso, para cada realidade, é preciso uma formação diferenciada para que seja atingido o objetivo central. Para isso, um dos princípios da CPT é trabalhar sem excluir. Todos são importantes e podem contribuir nas discussões, produzindo o conhecimento, sobretudo na conjuntura de um modelo de desenvolvimento capitalista que a cada dia empurra milhares de pessoas para a marginalidade. A vida, palavra muito forte, passa a ser vista com indiferença e vale o ter e não o ser.

Os recursos naturais dispostos na natureza, para muitos, são sinônimos de acúmulo de riqueza a qualquer custo. Sob a ótica da CPT, são dádivas de Deus, não têm preço, para que todos e todas possam ter acesso, em especial os recursos naturais que atendem as necessidades primárias como a água e alimentos. Discutir essa temática nas comunidades de base é um desafio enorme. O capitalismo coloca barreiras, alienando a grande massa com propagandas enganosas, isso quando não coopta pessoas dispostas a destruir o sistema.

A CPT, fiel aos Deus dos pobres, insiste em discutir e denunciar junto às comunidades qualquer projeto que contraria a dinâmica natural da vida. O modelo energético vigente é insustentável em todos os sentidos e não há justificativas que possam provar o contrário.

INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende discutir o modelo energético do Brasil e demais países da América Latina a partir do processo de formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado de Goiás, trazendo elementos teóricos acerca dessa temática e da própria prática nos grupos de base. Por meio dos espaços de formação da CPT muitas experiências de aprendizagens ficam na memória. São momentos que merecem ser descritos para que outros possam ter acesso aos resultados obtidos. Trata-se, portanto, de um estudo dividido em três capítulos, para melhor situar o leitor. O primeiro discute a realidade do modelo energético no Brasil e as consequências para as populações atingidas. O segundo capítulo faz uma abordagem de como a CPT discute o modelo energético junto às comunidades de base, partindo de experiências concretas. Por fim, o terceiro e último capítulo faz alguns apontamentos de resultados obtidos a partir das discussões nas comunidades, que amenizam os impactos das ações do capitalismo selvagem.

ÍNDICE

Resumo.....	02
Apresentação.....	03
Introdução.....	04
Capítulo I- O modelo energético brasileiro.....	06
Capítulo II - O processo de formação da CPT contra capitalismo selvagem.....	10
Capítulo III - Resultados sociais obtidos na formação da CPT.....	12
Considerações finais.....	14
Lista de siglas.....	15

CAPITULO I – O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO

Para entendermos melhor as conseqüências do modelo energético atual, lembramos SOUZA (1985, p. 9- 10) quando diz:

As corporações transnacionais representam, como unidade de um sistema de produção mundial, o que há de mais avançado no capitalismo moderno. Nelas se condensam a tecnologia mais avançada e uma capacidade fantástica de produzir dos bens mais sofisticados aos mais elementares, a uma escala de massa que supera todos os limites conhecidos até a Segunda Guerra Mundial. Esta forma de produzir não significa necessariamente a tecnologia mais avançada, segundo os critérios da ciência ou o das necessidades sociais. O critério que rege a produção capitalista mundial não é a maximização do uso da ciência na produção, mas a maximização do lucro. Por outro lado, esta forma de produção leva até suas últimas conseqüências as contradições do modo de produção capitalista: a) a concentração da propriedade dos bens de produção sob o controle de uma minoria; b) a concentração da riqueza em mãos de pequenas parcelas da população; c) acirramento da competição entre as formas monopólicas e não monopólicas de produção e entre os grandes monopólios entre si. Estamos, portanto, frente a uma criatura do sistema capitalista, filho de quase dois séculos de acumulação, competição, guerras, dominação, crises, adaptações e novos avanços.

A partir da idéia supracitada é possível traçar um perfil da situação do Brasil e os outros países da América Latina que também seguem a mesma lógica de desenvolvimento. A política energética no Brasil há muito tempo não convence a sociedade de que é necessário, em nome do desenvolvimento, destruir o meio ambiente de forma predatória. O Brasil é um dos mais ricos países do mundo e a maioria de sua população continua pobre. Ocupa a 70ª posição em um ranking de 179 países (TVE, 2009) no seu IDH. Há regiões com o IDH muito baixo e famílias inteiras passam fome, como na África.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma das bandeiras levantadas pelo Governo Lula, apostando tudo no crescimento do país, colocando-o em berço esplêndido, assim como diz a letra do nosso Hino Nacional. Esse programa do governo federal brasileiro, lançado em 2007, engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para quatro anos e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimento total de R\$ 1,1 trilhão até 2010 (Agência Brasil, 2009), sendo uma de suas prioridades a infra-estrutura, como portos e rodovias. Por isso vemos a cada dia florestas inteiras indo para o chão para ceder espaço às lavouras, construções de todas as naturezas, rios sendo represados ou desviados de seus leitos, carros proliferando nos centros urbanos, perfuração de poços de petróleo por todos os cantos, mineradoras tragando montanhas e rios, enfim, nunca nos últimos tempos os recursos naturais foram tão explorados. O ritmo de degradação ambiental é assustador. Em Rondônia chegou-se a uma estimativa de que o que levaria cinco anos para ser destruído de mata, destruiu-se em dois. (Jornal Eletrônico Rondônia Ao Vivo, 2009). Nesse ritmo frenético algumas empresas, com intenções claras, estão acumulando riquezas com uso de dinheiro público. Que fique claro que elas captam recursos do governo para explorar as nossas fontes energéticas. Podemos

citar como exemplo a água que aos poucos vem sendo privatizada. O rio São Francisco é prova disso. A promessa de que a transposição de parte da sua vazão levará progresso ao semi-árido é uma forma de convencer a população. Na verdade o que está por trás disso tudo são empresas que dependem dessa água para a grande produção irrigada e criação de animais para a exportação. Pode ser que as famílias que necessitam tenham água em suas torneiras, mas só isso não basta. É preciso pensar na vida do rio e das populações e encontrar alternativas para combater a seca que assola aquela região. Até porque,

há meio século, pelo menos desde as grandes discussões sobre a reforma agrária no Nordeste nos anos 1950 e 1960, sabe-se que o controle das fontes de água pelos grandes proprietários de terras na região é, no mínimo, parte da explicação para a pobreza do povo dos sertões. (Revista Retrato do Brasil, 2008, p.56)

Quando falamos na problemática do modelo energético, é impossível não falarmos na construção de barragens. Grandes empresas estão se apropriando de nossas fontes de água para a implantação de hidrelétricas alegando que são necessárias para não correremos o risco de, no futuro, ficarmos sem energia elétrica. Criam uma escassez ideológica, trabalham tão bem isso na mídia que as pessoas acreditam ser mesmo essa a saída. Um exemplo claro disso foi ao apagão no ano de 2001, na era FHC. Cogita-se a idéia de que o apagão foi planejado para convencer a sociedade da importância de construção de mais represas. Se é verdade ou não, basta olharmos o governo FHC, no qual a privatização bateu recorde, abrindo as portas para o capital estrangeiro no chamado neoliberalismo. Uma bandeira de luta neoliberal foi a qualidade total que representa a busca da satisfação, não só do cliente, mas de todas as entidades significativas na existência da empresa e também da excelência organizacional da empresa. Isso gerou uma competitividade agressiva entre sujeitos no trabalho, o individualismo e também entre as empresas, cada uma buscando formas de crescimento econômico a qualquer custo, não levando em consideração a força de trabalho e o respeito ao meio ambiente.

Quanto às instalações e crescimento das empresas multinacionais no território nacional é uma verdadeira trama a origem dos recursos financeiros e a maior parte do montante provém de cofres públicos, mais especificamente do BNDES. As empresas negociam com os governos e financiam seus projetos faraônicos e o tempo de pagamento é longo. No caso específico da energia elétrica quem paga a construção das barragens são os consumidores por meio de tarifas. Há os consumidores cativos e os livres. Os cativos são as residências, pequeno e médio comércio e indústria e setor público que pagam 68 centavos por Kw e são negociados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os consumidores livres, que são as empresas multinacionais do setor de mineração, celulose, construtoras etc, pagam 04 centavos por Kw e a negociação é feita diretamente com o governo por contrato. A captação de recursos públicos por essas empresas, muitas pertencentes aos mesmos donos, dá o direito de negociação de quanto vão pagar pelo consumo de energia elétrica.

É importante identificarmos e conhecermos melhor quem são essas empresas que dominam a matriz energética em todo o mundo. São elas: Alcoa Alumínio, Grupo Suez/Tractebel, Companhia Vale, Banco Bradesco, Votorantim, BHP Billinton, Citicorp, Duke Energy, CTI e Odebrecht. Estas empresas controlam tudo no que diz respeito aos

recursos naturais como fonte de energia para geração de renda. No mesmo ritmo das barragens a agroenergia e mineração avançam assustadoramente pela América do Sul causando devastação jamais vista nos últimos tempos. A corrida por áreas de terras para o agronegócio e jazidas de minério e petróleo para a exploração é frenética. O agronegócio está avançando em nosso país sobre biomas importantes para a manutenção da vida na Terra, como o Cerrado e Amazônia. No Cerrado localiza-se o berço das águas que abastece a maior parte dos nossos rios. Estes agonizam com o assoreamento, o desmatamento das matas ciliares e o lançamento de venenos nas lavouras que vão parar em seus leitos através das chuvas. Espécies animais e vegetais que só existem aqui estão sendo extintas e as que ainda resistem vão aos poucos se degradando com as derrubadas e queimadas. Da mesma forma que no Cerrado, na Amazônia grades lavouras de soja, arroz e cana são plantadas sem pedir licença a ninguém. Até mesmo áreas de preservação ambiental e reservas indígenas são invadidas para o cultivo. Com isso matas inteiras vão para o chão e quem paga o preço são as populações que vivem do agroextrativismo porque esse processo extingue suas fontes de alimentação e renda. A cana-de-açúcar é a vilã dos últimos tempos por tantos dizerem que fornece combustível limpo à natureza. Podemos afirmar que isso é um incentivo ao aumento do número de carros nas ruas de nossas cidades, o que causará mais impacto para o meio ambiente. Outra prática que prejudica o meio ambiente são as grandes queimadas que os usineiros realizam nos canaviais para o corte da cana-de-açúcar. Não podemos deixar de falar do problema social que tem causado a agroenergia. “Apesar da propaganda de ‘eficiência’, a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava.” (Cadernos de Formação CPT e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, p.16).

As mineradoras espalhadas por toda a América do Sul redesenham a geografia na busca de matérias primas para a fabricação dos mais variados produtos industriais. Não que tudo o que há de tecnologia hoje seja maléfica, mas há de se questionar a forma como é extraída a matéria prima e quais os impactos sociais e ambientais que causam. O petróleo é a menina dos olhos do Governo Lula. Com a descoberta do Pré-sal, todas as atenções estão voltadas para a exportação de petróleo. A camada pré-sal é um gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, localizado nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo (na região litorânea entre os estados de Santa Catarina e o Espírito Santo). Estas reservas estão localizadas abaixo da camada de sal (que podem ter até 2 km de espessura). Portanto, se localizam de 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar. Quanto à forma de exploração do petróleo,

A Petrobrás não descarta que toda a camada pré-sal seja interligada, e suas reservas sejam unitizadas, formando uma reserva gigantesca. Justamente por conta desse desconhecimento sobre o potencial da camada pré-sal o governo decidiu que retomará os leilões de concessões de exploração de petróleo no Brasil apenas nas áreas localizadas em terra e em águas rasas. Afinal, se a camada for única, o Brasil ainda não tem regras de como leiloaria sua exploração. Assim, toda a região em volta do pré-sal não será leiloada até que sejam definidas as novas regras de exploração de petróleo no país (Lei do Petróleo), que voltaram a ser discutidas pelo Planalto. Foi criada uma comissão interministerial para debater modelos em vigor em outros países e o destino dos recursos do óleo extraído. (Folha On line, 2009).

É bom frisar que, diante de tantas dúvidas sobre o destino do petróleo a ser explorado, o que não dizem claramente é que a Petrobrás, em tese, deve explorar todas as reservas de petróleo do país e, na verdade, controla somente 30% de toda a produção. O restante está nas mãos de grupos empresariais privados, alguns criados pelo próprio governo para pesquisas. Não vale a pena se orgulhar do nosso país por ter uma das maiores reservas de petróleo, fala-se na maior do planeta, enquanto que a geração de riquezas ficará concentrada nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. O Estado se faz quase que totalmente ausente na administração desse patrimônio. Conforme reportagem de O Globo (2008),

Quando se considera o capital total da Petrobrás - incluídas as ações preferenciais, sem direito a voto -, a participação da União cai para perto de 32%. O restante pertence a investidores privados no Brasil - entre eles, milhares de cotistas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - e no exterior, principalmente, Estados Unidos e na Europa. Por causa dessa participação privada no capital da Petrobrás, iniciou-se no governo um debate sobre o papel da empresa na propriedade das futuras reservas de petróleo do pré-sal...

Como podemos observar na citação, o governo começa a acordar para a situação na qual se encontra o petróleo brasileiro, quase todo nas mãos da iniciativa privada. O Pré Sal é uma experiência que poderá dar certo na distribuição social da renda que irá gerar, cabendo ao Estado uma maior participação e controle dos recursos financeiros.

CAPÍTULO II – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CPT CONTRA O CAPITALISMO SELVAGEM

O trabalho da CPT no estado de Goiás, há mais de 30 anos, é norteado pelo combate ao desenvolvimento por meio de ações de espoliação da matriz energética por parte da elite dominante. Fundada em junho de 1975, em plena ditadura militar, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado em Goiânia, Goiás, e convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel na defesa dos direitos humanos e na luta pela redemocratização do País. Desde o seu nascedouro a CPT apóia, acompanha e assessora os povos da terra e das águas e lhes presta um serviço de caráter pastoral. É um trabalho difícil, uma vez que se desafia a colocar-se do lado dos mais empobrecidos do campo, proporcionando formação para a defesa de seus direitos. Em suas ações a CPT estimula os homens e as mulheres do campo a criarem seus próprios movimentos e organizações autônomas. Preocupa – se, sobretudo, com a violência sofrida pelos trabalhadores e com o desrespeito aos seus direitos. Esta realidade levou a Pastoral da Terra a priorizar a ação profética da denúncia, dando voz e vez aos trabalhadores e trabalhadoras, registrando as situações de violência e as ações de resistência e luta dos povos e tornando – as públicas para a sociedade brasileira e para os organismos internacionais.

O vínculo com a CNBB ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter, sobretudo durante o regime militar. Mas, já nos primeiros anos, ela adquiriu um caráter ecumênico, tanto em relação aos trabalhadores apoiados quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, como a Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Metodista.

Logo depois de sua criação, a Pastoral da Terra estendeu sua ação para todo o Brasil porque percebeu que os conflitos e a violência atingiam os trabalhadores e trabalhadoras em todos os recantos do país. Entre eles se destacavam os atingidos por barragens, os sem-terra, os trabalhadores assalariados – bóias-frias e “peões” – submetidos, muitas vezes, a condições análogas as da escravidão. No decorrer dos anos o trabalho foi adquirindo diferentes tonalidades, de acordo com os desafios que a realidade de cada região apresentava.

Nesses dois últimos anos a CPT Goiás está centrada na campanha pela diversificação da produção de alimentos em defesa do bioma Cerrado. No processo de formação junto às comunidades de acampamentos e assentamentos da reforma agrária,

comunidades tradicionais, posseiros, quilombolas e assalariados rurais há teoria e prática. Diversas ações são realizadas como a recuperação de nascentes, seminários com plantas medicinais e fabricação de remédios naturais, agroecologia, educação do campo, construção de quintais agroecológicos, reciclagem do lixo, compostagem, fabricação de inseticidas e fungicidas naturais, homeopatia animal, festa camponesa ou da colheita, formação de bancos de sementes crioulas, associativismo e cooperativismo, escola de jurista popular, escola bíblica e combate ao trabalho escravo. Estas experiências têm causado impactos positivos na vida das comunidades, levando-as a uma maior preocupação na preservação do meio, valorização da vida no campo, organização coletiva da produção e geração de renda, maior conhecimento dos direitos e deveres e luta na conquista de políticas públicas específicas para a agricultura familiar.

O que faz o diferencial no trabalho da CPT é a mística, a espiritualidade e o protagonismo dos camponeses e camponesas. De nada valeria a pena e, certamente, não haveria bons resultados se não houvesse uma proposta de um fazer diferente nas ações. A história não pode continuar sendo escrita mostrando somente um lado como vitorioso. Acreditamos ser uma construção mútua do conhecimento com objetivos claros de transformação da realidade. Na pedagogia cultivada nos moldes do grande mestre Paulo Freire, que na introdução do seu livro *Pedagogia da Autonomia* explica suas razões para analisar a prática pedagógica do professor em relação à autonomia de ser e de saber do educando. Portanto, ele “...Enfatiza a necessidade de respeito ao conhecimento que o aluno traz para a escola, visto ser ele um sujeito social e histórico, e da compreensão de que "formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas."

CAPÍTULO III – RESULTADOS SOCIAIS OBTIDOS NA FORMAÇÃO DA CPT

As práticas da CPT de alternativas no combate ao modelo de desenvolvimento capitalista, conforme vimos no capítulo anterior, são diversificadas. Cabe aqui o relato de uma experiência muito importante de agregação de todas as formas de combate ao capitalismo que é a Festa Camponesa. Esta ocorreu no dia 03 de outubro de 2009 na comunidade tradicional de Água Branca de Baixo, município de Silvânia, estado de Goiás, numa parceria entre CPT, comunidades de Água Branca de Baixo, Água Branca de Cima, São Roque e Paróquia Nosso Senhor do Bonfim. O folder de divulgação do evento inicia seu texto com a citação bíblica de Gênesis que diz o seguinte: “Que a terra produza relva, ervas que produzam semente, e árvores que dêem frutos sobre a terra, frutos que contenham semente, cada uma segundo a sua espécie.” (Gn 1, 11). A partir desta citação foi traçado o objetivo geral da festa que é celebrar a agricultura familiar chamando a atenção para a cultura, as relações em comunidade e a produção agroecológica. As comunidades de agricultores familiares que ainda resistem no campo precisam valorizar sua cultura em função de hábitos e costumes que estão sendo impregnados pelo modelo de sociedade capitalista: acúmulo de riquezas, egoísmo, competição, destruição do meio ambiente, produção de monoculturas, uso intensivo de venenos etc. É preciso que os mutirões, trações, festas, trocas de sementes, folias, diversificação da produção, agroecologia, entre outros continuem nas comunidades. Uma prática muito importante nas comunidades rurais antes da revolução verde na década de 70 era a seleção, armazenamento e troca de sementes para o plantio. Isso significa que não havia compra de sementes, uma vez que as famílias garantiam a qualidade e existência das mais diversas espécies necessárias para a sobrevivência. Hoje grandes empresas detêm o monopólio de pesquisas com sementes para o comércio e tratam as produzidas em casa (crioulas) como piratas; portanto, ilegais, e isso não é verdade. As sementes crioulas são a continuidade da vida e há focos de resistência de preservação desse patrimônio.

Diante da conjuntura, da resistência, a agricultura familiar garante 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros todos os dias. Celebrar essa conquista é dizer não à fome e sim à soberania alimentar. A festa camponesa é um chamado a todos e todas que ainda vêm o campo não somente como local de produção, mas também como reprodução da vida.

A tarefa no cultivo das mais variadas formas de cultura camponesa, em especial do cuidado com as sementes, da diversificação e produção de alimentos saudáveis não é nada fácil. Exige esforços em todos os sentidos para a construção de uma nova sociedade. Caso contrário estamos colocando em risco a continuidade de uma minoria de famílias que ainda resistem no meio rural.

Para um melhor entendimento do que foi a Festa Camponesa, esta teve momentos de formação e preparação antes, durante e continuidade depois do evento. Foram planejadas oficinas para todo o ano de 2009 dentro dos temas Relação de Gênero, Educação do Campo, Agroecologia, Bioma Cerrado, Recuperação de Nascentes, Reciclagem do Lixo, Compostagem e Cultura Camponesa, sendo estes para conscientizar as comunidades sobre o objetivo da festa. Isto significa, então, que o nome festa tem uma conotação diferente do que estamos acostumados com o termo. Ela é, pois, um momento de celebrar a produção da

agricultura familiar dentro de um propósito contrário à agricultura convencional. O dia do evento ocorreu no seguinte formato:

8:00 h – Chegada e credenciamento: As pessoas da comunidade local e circunvizinhas chegavam, assinavam o nome num livro ata, recebiam um crachá para identificação, uma pasta com material de formação e um copo de plástico não descartável para não poluir o meio ambiente.

9: 00 h – Abertura com agradecimentos, importância da festa e palestra sobre a formação de um banco de sementes crioulas na região.

11:00 h – Apresentações culturais com danças típicas de catira infantil.

11:30 h – Terço cantado em agradecimento ao almoço.

12:00 h – Almoço com comidas típicas de Goiás (galinhada com milho verde e pequi, salada, frango caipira ao molho, gueroba, feijão tropeiro, suco de limão e canjica para a merenda)

13:30 h – Apresentação de catira adulta e dança com músicas típicas do cerrado.

14:00 h – Apresentação de fiandeiras da região com teares e músicas de animação.

15: 00 h – Celebração em agradecimento aos frutos da terra com troca simbólica de sementes nativas entre os participantes.

16:00 h – Encerramento da festa.

Cabe ressaltar que uma festa com esse propósito é difícil quantificar a riqueza cultural que expressa para o crescimento e organização da comunidade. O ambiente foi todo ornamentado com plantas e frutos da bananeira, cana-de-açúcar, coqueiros, milho e arroz. Utensílios como berrante, peneiras, jacá, pilão, monjolo, enxadas, foice, facão e outros também compuseram o cenário. O altar para a celebração de encerramento foi montado em cima de um carro de boi. O padre que realizou a missa ficou feliz e muito emocionado porque estava completando 25 anos de ordenação e sua vontade era celebrar da maneira como estava. Por coincidência o padre recebeu essa homenagem.

Outro ponto a ser destacado na ornamentação foram os estandes montados com artesanatos, sementes diversas, materiais de formação e mudas. Nestes havia um propósito que era a troca, e não a comercialização, principalmente das sementes.

Enfim, chegou-se ao final da festa e os participantes se despediram com saudade, projetando outra para o ano seguinte com perspectivas de uma maior mobilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo energético brasileiro precisa, com urgência, ser impactado por meio de ações da sociedade civil organizada para fazer com que o Estado assuma o seu papel no controle quanto à exploração e destinação dos nossos recursos naturais pelas empresas transnacionais. Estas se apossam das nossas matrizes energéticas sem perguntar aos donos se estão dispostos ou não a ceder seus patrimônios. Uma estratégia sutil de ocupação do território brasileiro vem se fortalecendo de modo que a promessa de desenvolvimento para todos encha de esperança a população sofrida. O governo é conivente nessa política de desenvolvimento e convence a sociedade de que nunca na história desse país o crescimento econômico proporcionou igual distribuição de renda, elevando a qualidade de vida das pessoas. Acontece que barragens gigantescas são construídas, florestas inteiras são destruídas para o plantio de diversas monoculturas, reservas profundas de petróleo são exploradas, leitos de rios são desviados, minerais são explorados sem fiscalização, linhas de distribuição de energia interligam regiões entre países, comunidades e até cidades inteiras são engolidas por águas de barragens, imensos corredores para transporte de produtos agrícolas e minerais são construídos, venenos e lixos são lançados às toneladas nos leitos de córregos por grandes empresas dos mais variados gêneros, áreas de reserva legal são exploradas ilegalmente, enfim, esta lista teria ainda uma série de pontos a serem abordados que faz do nosso país hoje o celeiro do mundo na expropriação de fontes energéticas.

Medidas simples, porém eficazes podem ser tomadas por nós para amenizar os impactos causados pelo modelo energético vigente. No viés do trabalho da CPT a luta é árdua e combatente, como num trabalho de formiguinhas, contra as ações do capital imperialista. Uma festa camponesa pode parecer pouco e arcaica diante das inovações tecnológicas, o que acelera o desenvolvimento e destruição do meio ambiente, porém a formação da consciência é que fará a diferença contra a alienação de um Estado aliado à elite dominante. As barreiras vão se abrindo e o povo precisa estar organizado para participar e controlar as ações junto ao Estado. Caso contrário o nosso país se tornará uma grande potência mundial na economia, porém a maior parte da sociedade servirá apenas como mão-de-obra explorada no trabalho para geração de lucros exorbitantes de grandes empresas de exportação.

LISTA DE SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF - Corporação Andina de Fomento
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FONPLATA - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul - Americana
Kw - Quilowatt

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CADERNOS DE FORMAÇÃO DA CPT E REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, *Agroenergia – mitos e impactos na América Latina*, São Paulo/ Recife: junho de 2007

CARTILHA DE FORMAÇÃO DO MAB, *Hidrelétricas no rio Madeira: Energia para quem e para quem?* Rondônia, agosto de 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 165 p., 1996

FOLHA ON LINE, *Entenda o que é a camada pré-sal*, 20 de março de 2009. .

JORNAL O GLOBO, *Decisão sobre nova estatal do pré-sal virá após as eleições*, 14/08/2008

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - TVE ON LINE, janeiro de 2009

JR, José Arbex, VIANA, Nilton (Orgs.), *É preciso coragem para mudar o Brasil – entrevistas do Brasil de Fato*, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PELOSO, Ranulfo, Et al – *Saberes e Olhares: a formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra*, São Paulo: Loyola, 2002.

POLETO, Ivo et al, *Uma vida a serviço da humanidade – diálogos com Dom Tomás Balduino*, São Paulo: Loyola, 2002.

REVISTA RETRATO DO BRASIL, *A política das águas – Uma reportagem especial sobre a transposição do rio São Francisco e o saneamento básico no Nordeste*. São Paulo: Editora Manifesto, maio de 2008.

SOUZA, Herbert José de. *O capital transnacional e o Estado*. Petrópolis: Vozes, 1985, 160 p.

REPÓRTER BRASIL, *Orçamento total do PAC chega a R\$ 1,1 trilhão*, Fevereiro de 2009.